



ISSN: 2595-1661

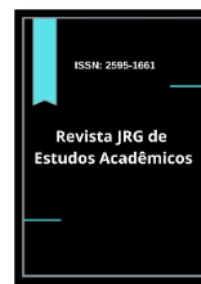
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portal.periodicos.capes.gov.br/)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Arrecadação própria de diamantino e desenvolvimento local: análise do período 2018–2023

Own-source revenue in diamantino and local development: an analysis of the 2018–2023 period

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.2973

ARK: 57118/JRG.v9i20.2973

Recebido: 24/02/2026 | Aceito: 27/02/2026 | Publicado on-line: 28/02/2026

Kaique do Prado Aquino¹

<https://orcid.org/0009-0009-3810-9523>

<http://lattes.cnpq.br/7363089714241966>

Universidade do Estado de Mato Grosso, MT, Brasil

E-mail: kaiquinho1424@gmail.com

Cleyton Vilmar de Oliveira Zucchi²

<https://orcid.org/0000-0002-9923-1081>

<http://lattes.cnpq.br/9120881052677695>

Fuapes Business School, ES, Brasil

E-mail: cleytonzucchi@gmail.com



Resumo

Este artigo analisa a relação entre a arrecadação própria do município de Diamantino-MT e o desenvolvimento local no período de 2018 a 2023. Com abordagem quantitativa e caráter descritivo, utilizaram-se dados secundários provenientes de relatórios financeiros municipais, portais de transparência e bases de dados socioeconômicos oficiais (IBGE, FIRJAN, MTE). Os resultados evidenciam crescimento expressivo da receita tributária própria, de R\$ 14,6 milhões em 2018 para R\$ 41,1 milhões em 2023, impulsionado principalmente pelo ISSQN e pelo ITBI, associados ao dinamismo do agronegócio e do mercado imobiliário local. O índice de dependência financeira recuou de 94,03% para 73,56%, sinalizando avanço na autonomia fiscal. Os recursos foram alocados prioritariamente em saúde e educação, com percentuais consistentemente superiores aos mínimos constitucionais. Contudo, os indicadores sociais, IFDM Geral, IFDM Educação, IFDM Emprego e Renda e ISDEL, apresentaram evolução modesta ou até regressiva, revelando que o crescimento da arrecadação, por si só, não se traduz proporcionalmente em desenvolvimento humano. Conclui-se que há relação positiva, porém não linear, entre o fortalecimento fiscal e a melhora dos indicadores locais, persistindo desafios estruturais na gestão pública e na transformação eficiente dos recursos em bem-estar social.

Palavras-chave: Arrecadação própria. Finanças municipais. Desenvolvimento local. Pandemia Covid-19. Autonomia fiscal.

¹ Graduando em Administração.

² Graduado em Ciências Contábeis e em Administração, Mestre em Ciências Contábeis.



Abstract

This article analyzes the relationship between the own-source revenue of the municipality of Diamantino-MT and local development from 2018 to 2023. Using a quantitative, descriptive approach, secondary data were collected from municipal financial reports, transparency portals, and official socioeconomic databases (IBGE, FIRJAN, MTE). Results show significant growth in own-source tax revenue, from R\$ 14.6 million in 2018 to R\$ 41.1 million in 2023, driven mainly by the ISSQN and ITBI taxes, linked to agribusiness dynamics and real estate market expansion. The financial dependency index fell from 94.03% to 73.56%, signaling progress in fiscal autonomy. Resources were allocated primarily to health and education, well above constitutional minimums. However, social indicators, overall IFDM, IFDM Education, IFDM Employment and Income, and ISDEL, showed modest or even regressive evolution, revealing that revenue growth alone does not translate proportionally into human development. It is concluded that there is a positive, yet non-linear relationship between fiscal strengthening and local development indicators, with structural challenges persisting in public management and the efficient transformation of resources into social well-being.

Keywords: *Own-source revenue. Municipal finance. Local development. Covid-19 pandemic. Fiscal autonomy.*

1. Introdução

O Brasil é reconhecido por possuir uma das maiores cargas tributárias do mundo. Em 2023, essa carga atingiu 32,40% do Produto Interno Bruto nacional, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional. Apesar desse volume expressivo de arrecadação, o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) apontou, em 2021, que o país apresenta o pior retorno social dos tributos arrecadados entre 30 países analisados, situação que contrasta com nações de alta carga tributária como Dinamarca, Finlândia e Bélgica, que transformam esses recursos em serviços públicos de alta qualidade.

No nível subnacional, a Constituição Federal de 1988 organizou o sistema tributário de modo que cada ente federativo, União, Estados e Municípios, detém competências arrecadatórias próprias. No âmbito municipal, os principais tributos são o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Essa estrutura cria realidades fiscais bastante heterogêneas ao longo do território nacional, especialmente num país continental como o Brasil.

O município de Diamantino, localizado no centro-sul do estado de Mato Grosso, apresenta características que o distinguem da maioria dos municípios brasileiros: é um dos maiores produtores de soja do país, um dos municípios com maior arrecadação de Mato Grosso e possui PIB per capita significativamente superior à média nacional. Esse perfil agroindustrial confere ao município uma dinâmica fiscal peculiar, que pode diferir substancialmente dos padrões identificados em estudos de contextos distintos.

O período analisado (2018–2023) é igualmente relevante: abrange dois anos pré-pandemia, dois anos durante a crise sanitária da Covid-19 e dois anos de recuperação pós-pandemia. Tal recorte permite capturar não apenas a tendência estrutural da arrecadação e do desenvolvimento local, mas também os impactos e a resiliência do município diante do maior choque econômico e social das últimas décadas. A pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, impôs restrições severas às atividades econômicas e pressionou as finanças públicas municipais em todo o país.



Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a relação entre a arrecadação própria do município de Diamantino e o desenvolvimento local no período de 2018 a 2023. Como objetivos específicos, busca-se: (a) avaliar a trajetória da arrecadação própria e das receitas totais; (b) mensurar o nível de dependência financeira em relação a transferências intergovernamentais; (c) verificar a alocação de recursos nas funções de saúde, educação, urbanismo e assistência social; e (d) identificar a relação entre o crescimento da arrecadação própria e a evolução dos indicadores de desenvolvimento local.

O estudo justifica-se tanto pelo viés acadêmico, ao investigar a temática em um contexto específico e diferenciado, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre finanças municipais e desenvolvimento local, quanto pelo viés prático, ao oferecer subsídios para gestores públicos, legisladores e cidadãos interessados na aplicação dos recursos públicos e nos desafios da autonomia fiscal municipal.

2. Metodologia

A pesquisa é de natureza quantitativa e caráter descritivo. De acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo o estabelecimento de relações entre variáveis, sem manipulação do ambiente estudado, abordagem adequada ao propósito de identificar padrões entre arrecadação e desenvolvimento local ao longo de um período determinado.

Os dados utilizados são secundários, coletados de fontes oficiais: relatórios de Execução Orçamentária e Financeira disponibilizados pelo município de Diamantino, pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI/Tesouro Nacional). Os indicadores socioeconômicos foram extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O recorte temporal compreende o período de 2018 a 2023.

A análise foi estruturada em cinco eixos: (i) evolução das receitas totais e tributárias próprias, com mensuração das variações anuais; (ii) cálculo e interpretação do índice de dependência financeira (receitas de transferências / receita total); (iii) apuração dos índices de cobertura das despesas por categoria econômica (corrente, capital e total); (iv) distribuição percentual das despesas nas funções saúde, educação, assistência social e urbanismo em relação à receita total; e (v) análise comparativa da evolução dos indicadores socioeconômicos em relação ao crescimento da arrecadação própria. Os dados foram sistematizados em tabelas para facilitar a leitura e a comparação temporal.

3. Resultados e Discussão

3.1 Evolução da Arrecadação Própria e Receita Total

A análise da receita total de Diamantino revela um crescimento de 139,37% no período, passando de R\$ 93,6 milhões em 2018 para R\$ 224,1 milhões em 2023. A Tabela 1 sintetiza os dados de arrecadação, evidenciando as variações anuais e a participação da receita tributária própria na composição total das receitas.



Tabela 1 – Evolução da arrecadação total e tributária própria de Diamantino (2018–2023)

Receita	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Total (R\$ mi)	93,6	105,1	134,5	157,5	177,5	224,1
Rec. Tributária Própria (R\$ mi)	14,6	16,6	18,9	27,5	28,8	41,1
Part. Própria na Rec. Total (%)	16%	16%	14%	17%	18%	20%
Var. anual Rec. Total (%)	—	12,3%	28,0%	17,2%	12,7%	26,2%
Var. anual Rec. Própria (%)	—	13,7%	13,3%	45,6%	13,3%	40,6%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos relatórios financeiros municipais e dados socioeconômicos oficiais.

A pandemia de Covid-19 desacelerou, mas não reverteu, o crescimento da receita total. As variações anuais, que eram de 12,3% (2018–2019) e 28,0% (2019–2020), moderaram-se para 17,2% (2020–2021) e 12,7% (2021–2022), retomando ritmo acelerado de 26,2% em 2022–2023. A receita tributária própria, por sua vez, saltou de R\$ 14,6 milhões para R\$ 41,1 milhões, crescimento de 181% no período, com participação na receita total evoluindo de 16% para 20%.

Comportamento distinto foi observado nos anos pandêmicos: enquanto a receita total cresceu moderadamente, impulsionada por repasses extraordinários da União, a receita tributária própria acelerou, com variação de 45,6% entre 2020 e 2021. Esse fenômeno está diretamente associado ao dinamismo do agronegócio local, setor que manteve operações em plena pandemia por sua essencialidade na cadeia produtiva alimentar. Os investimentos em imóveis por grupos do agronegócio aqueceram as transações imobiliárias e a abertura de negócios, elevando a arrecadação de ITBI e ISSQN, os dois tributos municipais que mais cresceram no período.

Esse comportamento é consistente com os achados de Enes (2023) para a região Centro-Oeste de Minas Gerais e de Vasconcelos et al. (2025) para municípios cearenses, que identificaram que o impacto pandêmico sobre a arrecadação própria variou conforme o setor econômico predominante, com municípios de base agroindustrial demonstrando maior resiliência e recuperação mais intensa. As receitas de transferências, por sua vez, cresceram 187,31% no período, com saltos expressivos nos anos pandêmicos (2019–2020: +26,1%; 2020–2021: +16,7%), reflexo dos repasses emergenciais da União, que somaram mais de R\$ 32 bilhões para estados e municípios apenas em 2020, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal.

3.2 Dependência Financeira

Para mensurar a dependência do município em relação a repasses intergovernamentais, calculou-se o índice de dependência financeira, definido como a razão entre as receitas de transferências e a receita total. A Tabela 2 apresenta a evolução desse indicador no período.

**Tabela 2 – Índice de dependência financeira de Diamantino (2018–2023)**

Ano	Receita Total (R\$)	Rec. de Transferências (R\$)	Índice de Dependência (%)
2018	93.614.989,16	88.032.349,32	94,03%
2019	105.090.092,04	97.279.950,31	92,55%
2020	134.480.338,75	122.639.369,92	91,18%
2021	157.548.388,08	143.062.095,34	90,81%
2022	177.540.309,43	155.122.968,22	87,38%
2023	224.088.551,26	164.890.979,50	73,56%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos relatórios financeiros municipais e dados socioeconômicos oficiais.

O índice de dependência apresentou trajetória de queda consistente, recuando de 94,03% em 2018 para 73,56% em 2023, redução de 20,5 pontos percentuais em seis anos. Em 2018, praticamente toda a receita municipal era composta por repasses intergovernamentais, configurando uma fragilidade estrutural típica dos pequenos e médios municípios brasileiros. A queda mais acentuada ocorreu no último ano da série, impulsionada simultaneamente pelo crescimento acelerado da arrecadação própria e pela normalização dos repasses extraordinários federais.

Esse comportamento é coerente com o padrão nacional identificado pelo Tesouro Nacional (2024): municípios com base econômica no agronegócio foram os que mais avançaram na redução da dependência financeira nos anos pós-pandemia. A expansão do setor agroindustrial, a intensificação da fiscalização tributária, o aumento da movimentação imobiliária e o programa de incentivos fiscais PRODED (Lei Complementar nº 72/2022) contribuíram para diversificar e ampliar a base tributária local.

Contudo, mesmo com a redução observada, o índice de 73,56% em 2023 ainda revela dependência financeira elevada. Estudos de Lima et al. (2020) sobre municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e de Reis et al. (2021) sobre a dependência ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) confirmam que essa realidade é uma característica estrutural do federalismo fiscal brasileiro, associada às limitações da capacidade tributária local e ao desenho das competências arrecadatórias. O desafio para Diamantino é manter e ampliar os ganhos de autonomia fiscal, investindo em modernização dos sistemas de gestão tributária e na expansão da base econômica local.

3.3 Análise das Despesas

3.3.1 Equilíbrio Fiscal e Índices de Cobertura

A análise dos índices de cobertura das despesas pelas receitas revela o equilíbrio fiscal do município ao longo do período. A Tabela 3 apresenta os principais indicadores de cobertura.

**Tabela 3 – Índices de cobertura das despesas e índice de investimento (2018–2023)**

Índice	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Cobertura Desp. Total/Rec. Total	98%	100%	115%	123%	92%	103%
Cobertura Desp. Corrente/Rec. Corrente	96%	92%	80%	76%	105%	93%
Cobertura Desp. Capital/Rec. Capital	355%	538%	283%	293%	179%	149%
Índice de Investimento (%)	7%	9%	10%	7%	8%	11%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos relatórios financeiros municipais e dados socioeconômicos oficiais.

O índice de cobertura da despesa total pela receita total variou entre 92% e 123%, sinalizando equilíbrio fiscal na maior parte do período. Os anos pandêmicos de 2020 e 2021 registraram superávits (115% e 123%), explicados pelo volume expressivo de transferências extraordinárias que, segundo o IPEA (2020), somaram mais de R\$ 32 bilhões apenas em 2020. Em 2022, o índice recuou para 92%, em decorrência do salto nas despesas totais, aumento de 50,1% frente a 2021, associado à retomada dos serviços públicos e à recomposição de gastos represados.

O índice de cobertura das despesas correntes pela receita corrente revelou folga nos anos pandêmicos (80% e 76%), decorrente do ingresso extraordinário de transferências correntes, e pressão em 2022 (105%), quando as despesas correntes superaram as receitas correntes, exigindo uso de reservas acumuladas. Esse padrão foi observado em escala nacional, conforme destaca o estudo da CNM (2024), que aponta 2022 como o ano de maior crescimento percentual das despesas municipais nos últimos cinco anos.

O índice de cobertura das despesas de capital pela receita de capital foi sistematicamente superior a 100% em todo o período, chegando a 538% em 2019, revelando que os investimentos em obras e infraestrutura foram financiados majoritariamente por receitas correntes e não por fontes específicas de capital. Isso indica, conforme Lima et al. (2020), que o município não recorreu a endividamento relevante nem à alienação de ativos para financiar suas despesas de capital, o que pode ser interpretado como sinal de prudência fiscal, mas também como limitação na capacidade de realizar investimentos de maior envergadura. O índice de investimento, que expressa a proporção da receita total destinada a despesas de capital, manteve-se estável entre 7% e 11%, sinalizando continuidade dos investimentos em infraestrutura mesmo nos anos mais críticos.

3.3.2 Alocação nas Funções Essenciais

A Tabela 4 apresenta a evolução dos gastos nas funções essenciais, saúde, educação, assistência social e urbanismo, tanto em valores absolutos quanto como proporção da receita total.

**Tabela 4 – Alocação de despesas nas funções essenciais de Diamantino (2018–2023)**

Função	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Saúde (% rec. total)	31%	30%	29%	26%	30%	26%
Saúde (R\$ mi)	29,1	31,2	38,9	40,6	53,6	58,9
Educação (% rec. total)	29%	29%	20%	21%	30%	26%
Educação (R\$ mi)	27,2	30,3	27,1	33,5	53,5	58,4
Assist. Social (% rec. total)	5%	4%	3%	4%	6%	5%
Assist. Social (R\$ mi)	4,5	4,5	4,6	6,4	10,9	10,7
Urbanismo (% rec. total)	1%	3%	5%	3%	13%	9%
Urbanismo (R\$ mi)	1,3	3,1	7,0	5,4	24,0	20,9

Fonte: elaborado pelo autor com base nos relatórios financeiros municipais e dados socioeconômicos oficiais.

A saúde foi a função que recebeu a maior parcela dos recursos ao longo de todo o período, com percentuais variando entre 26% e 31% da receita total, muito acima do mínimo constitucional de 15%. Os gastos com saúde saltaram de R\$ 29,1 milhões em 2018 para R\$ 58,9 milhões em 2023, com pico proporcional nos anos pandêmicos de 2020 (33% da despesa total) e 2021 (32%), quando a crise sanitária pressionou fortemente o orçamento municipal. O IPEA (2020) registrou que, em nível nacional, os municípios ampliaram fortemente suas despesas em saúde durante o auge da pandemia, não apenas para atendimento direto da Covid-19, mas também para manutenção dos serviços essenciais sobrecarregados.

Na educação, os gastos evoluíram de R\$ 27,2 milhões para R\$ 58,4 milhões, crescimento de 114%, com participação oscilando entre 20% e 30% da receita total. A queda para 20–21% nos anos pandêmicos reflete a suspensão das atividades presenciais e a consequente redução de despesas operacionais, fenômeno identificado em escala nacional pela CNM (2024), seguido de recuperação em 2022 (30%). O desempenho educacional, medido pelo IDEB, manteve-se estável entre 5,4 e 5,7, sem tendência clara de melhoria, aspecto discutido na seção 4.4.

A assistência social manteve participação relativamente estável (3–6%), com gastos crescendo de R\$ 4,5 milhões para R\$ 10,7 milhões. A ligeira redução proporcional nos anos pandêmicos (3–4%) decorre, em parte, do fato de que as demandas emergenciais de renda foram atendidas majoritariamente por instrumentos federais como o Auxílio Emergencial, sem exigir elevação proporcional do orçamento municipal diretamente destinado à função, conforme aponta o Tesouro Nacional (2024).

O urbanismo apresentou o comportamento mais volátil: após participações modestas em 2018 (1%) e 2019 (3%), saltou para 5% em 2020, recuou para 3% em 2021 e disparou para 13% e 9% em 2022 e 2023, em valores absolutos de R\$ 24,0 e R\$ 20,9 milhões, respectivamente. Esse crescimento expressivo no pós-pandemia está relacionado à retomada de obras de pavimentação, drenagem e revitalização urbana postergadas durante os anos mais críticos da crise sanitária, padrão corroborado pela CNM (2024), que identificou explosão dos investimentos em urbanismo e infraestrutura nos municípios brasileiros em 2022 e 2023.



3.4 Indicadores Socioeconômicos e Relação com a Arrecadação

A Tabela 5 reúne os principais indicadores socioeconômicos de Diamantino no período, permitindo a análise comparativa com a evolução da arrecadação.

Tabela 5 – Indicadores socioeconômicos selecionados de Diamantino (2018–2023)

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PIB Municipal (R\$ bi)	2,30	2,45	3,36	5,75	—	—
PIB per capita (R\$)	104.683	111.197	151.414	257.582	—	—
Exportações (US\$ mi)	370	586	590	842	855	691
IDEB	5,7	5,4	5,7	—	—	—
IFDM Geral	0,729	0,706	0,726	0,721	0,768	0,752
IFDM Emprego e Renda	0,859	0,820	0,820	0,820	0,792	0,792
IFDM Educação	0,555	0,599	0,599	0,599	0,548	0,548
IFDM Saúde	0,637	0,585	0,585	0,585	0,646	0,646
ISDEL	0,484	0,480	0,448	0,421	—	—
Famílias CADÚNICO	2.697	2.765	2.736	3.304	3.993	4.208
Beneficiários Bolsa Família	943	785	869	966	781	1.246
Equipes de saúde	11	11	19	19	19	21
Leitos hospitalares	48	46	46	46	46	29
Saldo empregos formais	420	375	190	664	-17	540
Empresas abertas	349	287	364	405	405	483

Fonte: IBGE (Censo 2022, Contas Regionais), FIRJAN (IFDM), MTE (CAGED), Ministério da Educação (IDEB), IPEA (ISDEL) e relatórios municipais.

O município experimentou crescimento econômico robusto: o PIB municipal saltou de R\$ 2,30 bilhões em 2018 para R\$ 5,75 bilhões em 2021 (+150%), e o PIB per capita avançou de R\$ 104.683 para R\$ 257.582 no mesmo intervalo. As exportações cresceram de US\$ 370 milhões para US\$ 855 milhões em 2022, impulsionadas pelo agronegócio, refletindo o ciclo de alta das commodities e a expansão da fronteira agrícola. Esse dinamismo econômico foi o principal motor da expansão da base tributária, especialmente do ITBI e do ISSQN.

Contudo, os indicadores de desenvolvimento humano revelaram evolução muito mais tímida, evidenciando uma dissociação entre crescimento econômico e desenvolvimento social. O IFDM Geral avançou apenas de 0,729 para 0,752 no período, variação de 3,2 pontos percentuais para um crescimento econômico de 150%. Mais preocupante, o IFDM Emprego e Renda recuaram de 0,859 para 0,792, reflexo de uma economia altamente mecanizada, onde o crescimento do agronegócio não gera proporcionalmente empregos formais. O saldo de empregos formais oscilou ao longo do período, chegando a ser negativo em 2022 (-17), embora em 2023 tenha retornado a resultado positivo (540).



O IFDM Educação apresentou comportamento estagnado, passando de 0,555 em 2018 para 0,548 em 2023, com leve retrocesso apesar do crescimento de 114% nos gastos com educação. O IDEB manteve-se entre 5,4 e 5,7, sem melhoria expressiva. Esse quadro revela uma realidade apontada pela CNM (2024) e por Barbosa e Souza (2022): o aumento dos recursos destinados à educação, embora necessário, não é suficiente para transformar indicadores educacionais sem uma gestão estruturada, planejamento pedagógico e valorização dos profissionais da área.

Na saúde, observou-se leve melhora no IFDM Saúde (de 0,637 para 0,646) e expansão significativa das equipes de atenção básica (de 11 para 21), demonstrando esforço municipal na ampliação da cobertura. Contudo, o número de leitos hospitalares reduziu de 48 para 29 em 2023, o que pode representar desafio à capacidade de atendimento.

Na dimensão social, os dados revelam ampliação da vulnerabilidade econômica coexistindo com crescimento robusto: o número de famílias no CADÚNICO cresceu 56% (de 2.697 para 4.208) e os beneficiários do Bolsa Família aumentaram de 943 para 1.246. O ISDEL caiu de 0,484 em 2018 para 0,421 em 2021, enquadrando-se na categoria "médio" de desenvolvimento sustentável local, em contraste com o alto crescimento econômico do período. Esse fenômeno é consistente com a análise de Gouveia e Lima (2021) sobre municípios agroexportadores, que tendem a apresentar desigualdades distributivas associadas à concentração da riqueza gerada pelo agronegócio.

Em síntese, os dados indicam que Diamantino trilhou um caminho de fortalecimento fiscal expressivo, com crescimento relevante da arrecadação própria e redução significativa da dependência financeira. Entretanto, esse avanço fiscal não se traduziu em melhora proporcional dos indicadores sociais, confirmando o que a literatura especializada aponta como o principal desafio dos municípios brasileiros: transformar recursos em bem-estar social requer, além de volume financeiro, qualidade da gestão pública, planejamento estratégico de longo prazo e políticas públicas estruturantes e bem direcionadas.

4. Conclusão

Este artigo analisou a relação entre a arrecadação própria do município de Diamantino-MT e o desenvolvimento local no período de 2018 a 2023. A partir de abordagem quantitativa e descritiva, com base em dados oficiais de receitas, despesas e indicadores socioeconômicos, foi possível construir um diagnóstico abrangente da trajetória fiscal e social do município.

Os resultados evidenciam avanços expressivos na geração de receitas próprias, crescimento de 181% na receita tributária própria, impulsionados pelo dinamismo do agronegócio, pelo aquecimento do mercado imobiliário e pela expansão do ISSQN e do ITBI. A pandemia de Covid-19, paradoxalmente, acelerou esse crescimento em determinados tributos, pois o setor agropecuário manteve operações em plena crise e os grupos do ramo aproveitaram a retração de preços para ampliar investimentos imobiliários. Concomitantemente, o índice de dependência financeira recuou de 94,03% para 73,56%, sinalizado avanço relevante na autonomia fiscal, embora ainda distante de uma condição de autofinanciamento pleno.

No campo das despesas, a gestão municipal demonstrou compromisso com as funções essenciais: saúde e educação absorveram percentuais consistentemente superiores aos mínimos constitucionais, e os investimentos em urbanismo cresceram de forma expressiva no pós-pandemia, refletindo a retomada de obras de infraestrutura



postergadas. A análise dos índices de cobertura revelou equilíbrio fiscal ao longo do período, com superávits nos anos pandêmicos, sustentados pelos repasses extraordinários da União, e retorno a patamares mais moderados em 2022–2023.

Contudo, a principal constatação do estudo é o descompasso entre o crescimento econômico e fiscal e a evolução dos indicadores de desenvolvimento humano. O IFDM Geral avançou apenas 3,2 pontos percentuais, o IFDM Emprego e Renda e o IFDM Educação recuaram, o ISDEL caiu e o número de famílias em situação de vulnerabilidade cresceu significativamente. Isso confirma que a relação entre arrecadação própria e desenvolvimento local é positiva, mas não linear: o volume de recursos é condição necessária, mas não suficiente. A qualidade da gestão pública, o planejamento estratégico e a adoção de políticas estruturantes são os elos que convertem arrecadação em bem-estar social efetivo.

O município de Diamantino precisa avançar em estratégias complementares: modernização dos sistemas de gestão tributária, revisão da planta de valores imobiliários, incentivo à formalização de atividades econômicas, melhoria dos mecanismos de fiscalização e, sobretudo, qualificação da alocação dos recursos nas funções que impactam diretamente o desenvolvimento humano, especialmente educação e geração de emprego e renda.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre municípios agroindustriais de Mato Grosso, a ampliação do escopo temporal e a incorporação de métodos qualitativos, como entrevistas com gestores públicos e análise de percepções da população sobre os serviços ofertados, de modo a enriquecer a compreensão dos mecanismos que intermediam a relação entre arrecadação fiscal e desenvolvimento local.

Referências

- BARBOSA, R. M.; SOUZA, J. P. Crescimento econômico, arrecadação e desenvolvimento humano: uma análise dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, v. 56, n. 2, p. 205-233, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220210101>
- BRASIL. Código Tributário Nacional (CTN). Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 23 maio 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 maio 2024.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Crise nos Municípios – Estudo Técnico 2023. Brasília: CNM, 2024. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202405_ET_CrisenosMunicipios_2023.pdf.
- DIAMANTINO. Lei Complementar nº 53, de 19 de junho de 2019. Institui o Código Tributário Municipal. Diamantino, MT, 2019.
- DIAMANTINO. Lei Complementar nº 72, de 26 de abril de 2022. Institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Diamantino – PRODED. Diamantino, MT, 2022.
- ENES, W. M. Impacto da pandemia da Covid-19 sobre a arrecadação própria de impostos na região Centro-Oeste de Minas Gerais. *Revista de Desenvolvimento Econômico e Contabilidade – REDECA*, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2023.
- GIACOMONI, J. Orçamento Público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.



- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOUVEIA, V. V.; LIMA, M. L. A. Desenvolvimento econômico local e desafios sociais em municípios agroexportadores. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 10, n. 3, p. 45-63, 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Execução de emendas parlamentares para combate à Covid-19 em 2020 não teve critérios claros. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12040/1/E_os_Estados_Cap24.pdf.
- LIMA, R. S.; CALLADO, S. M. G.; LIMA, A. O.; SANTOS, R. C. Dependência municipal das transferências intergovernamentais e desenvolvimento socioeconômico: uma análise dos municípios da Região da Grande Fortaleza-CE. *Revista do Cejur: Prestação Jurisdicional*, v. 8, n. 1, p. 1-27, 2020.
- PAULSEN, L. Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência. 23. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2020.
- PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. Contabilidade pública: uma abordagem da administração pública. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- REIS, V. M. P.; LIMA, D. V.; WILBERT, M. D.; LÚZ, Â. B. R.; STRANZ, E. F. Análise dos fatores determinantes da dependência financeira dos municípios brasileiros ao FPM. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, 22ª edição, São Paulo, 2021.
- TESOURO NACIONAL. Com repasse recorde, estados e municípios gastam cada vez mais. *SinfreRJ*, 2024. Disponível em: <https://sinfrerj.com.br/conteudo/8341/com-repasse-recorde-estados-e-municipios-gastam-cada-vez-mais>.
- VASCONCELOS, F. J. M.; FERREIRA, A. A.; OLIVEIRA, A. C. G. Impacto da pandemia de COVID-19 nas finanças públicas municipais: uma análise do estado do Ceará. *Revista Ágora*, v. 22, n. 1, p. 94-117, 2025.